



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Sargento Portugal

REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Do Sr. SARGENTO PORTUGAL)

Requer Moção de repúdio à forma como o Supremo Tribunal Federal conduziu a ADPF 635, conhecida como ADPF das Favelas, pelas graves consequências à segurança pública, à atuação das forças policiais e ao avanço do crime organizado nas comunidades.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresento a presente Moção de Repúdio à forma como o Supremo Tribunal Federal conduziu a ADPF nº 635, popularmente conhecida como ADPF das Favelas, cujas decisões têm imposto severas restrições à atuação das forças de segurança pública, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, colocando em risco a vida dos agentes e da população honesta que vive sob o domínio do crime organizado.

JUSTIFICATIVA

Desde sua implementação, a ADPF tem servido mais como um instrumento de fragilização da autoridade policial do que como um mecanismo de defesa da vida e dos direitos humanos. As limitações impostas às operações, a burocratização dos protocolos de ação, a constante ameaça de criminalização de policiais em serviço e a ausência de escuta qualificada da tropa revelam uma postura distante, descolada da realidade das ruas e das comunidades, onde quem manda, de fato, não é o Estado.

Os reflexos dessa decisão são evidentes: o crescimento exponencial do Comando Vermelho e de outras facções criminosas, que se fortalecem aproveitando-se da limitação das ações policiais, e o atual estado de guerra que assola o Rio de Janeiro, com recordes de tiroteios e territórios inteiros dominados por criminosos. A reconstrução da segurança pública nessas áreas,



já devastadas pelo crime organizado, demandará anos de estratégias de retomada territorial, com investimentos massivos e apoio político irrestrito.

Aplaudir decisões que enfraquecem a presença do Estado em áreas críticas é, na prática, colaborar para o avanço do tráfico, das milícias e da violência. O STF, ao legislar indiretamente sobre segurança pública, tem ignorado a realidade enfrentada diariamente por policiais civis e militares, que trabalham com estrutura precária, armamento inferior e apoio institucional mínimo.

Esta moção não é contra o cumprimento da lei ou o respeito aos direitos humanos, mas sim contra o abandono institucional da tropa, a inversão de valores e a transformação do policial em vilão e do criminoso em vítima. É preciso responsabilidade, equilíbrio e diálogo real com quem está na linha de frente.

Diante do exposto, requer-se a aprovação do presente requerimento, com o apoio dos nobres Parlamentares, e que seu inteiro teor seja devidamente registrado nos anais desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2025.

SARGENTO PORTUGAL
Deputado Federal (PODEMOS/RJ)

